



REVISTA TERCEIRO INCLUÍDO

ISSN 2237-079X

Transdisciplinaridade e Temas Contemporâneos

V. 12 - 2022

MAICÁ, Alzevane Santos; ALBERTO, Simão; ROSSA, Überson B.

A docência e as dificuldades enfrentadas por licenciando cadeirante no exercício do estágio de regência

pp.51-62

DOI: [10.5216/teri.v12i1.74661](https://doi.org/10.5216/teri.v12i1.74661)

A DOCÊNCIA E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR LICENCIANDO CADEIRANTE NO EXERCÍCIO DO ESTÁGIO DE REGÊNCIA

TEACHING AND THE DIFFICULTIES FACED BY LICENTIATE IN A WHEELCHAIR IN THE EXERCISE OF THE CONDUCTING INTERNSHIP

LA DOCENCIA Y LAS DIFICULTADES A LAS QUE SE ENFRENTAN LOS ESTUDIANTES DE LICENCIATURA EN SILLA DE RUEDAS DURANTE LAS PRÁCTICAS DE DIRECCION

Alzevane Santos MAICÁ¹

Simão ALBERTO²

Überson B. ROSSA³

Resumo: Este estudo trata de um esboço oriundo de pesquisas bibliográficas inerentes às dificuldades enfrentadas por cadeirantes na realização do Estágio de docência no IFC, campus Araquari/SC. A proposta, deste, consiste em identificar particularidades de docentes com deficiências no exercício de suas atividades profissionais. Razão pela qual, toma por base o ambiente da base web of Science, em especial, analisar os artigos classificados por ano e idioma, com preferência do nato. A discussão se inicia pelas categorias que visam problematizar a temática, perpassa na análise das ideias centrais provenientes das leituras de autores pesquisados. Os resultados destacam a ocorrência deste no âmbito a que se destina, e sua objetividade em torno das descobertas trazidas pelos resultados. A técnica de revisão da literatura permitiu uma releitura de suas ideias e a organização de um material capaz de mostrar como se desenvolve tais resultados e sua utilização em meio aos agentes envolvidos. Ao final, as considerações/conclusões indicam sobre o alcance das objetividades da pesquisa, indicando soluções e aprimoramentos necessários.

Palavras-chave: Ensino Superior; Estágio; Acessibilidades;

Abstract: This study deals with an outline derived from bibliographical research inherent to the difficulties faced by wheelchair users in carrying out the Teaching Internship at IFC, campus Araquari/SC. Its proposal consists of identifying particularities of teachers with disabilities in the exercise of their professional activities. For this reason, it is based on the environment of the Web of Science base, in particular, analyzing articles classified by year and language, with preference for native language. The discussion begins with the categories that aim to problematize the theme, permeates the analysis of the central ideas from the readings of the researched authors. The results highlight the occurrence of this in the scope for which it is intended, and its objectivity around the discoveries brought by the results. The literature review technique allowed a rereading of their ideas and the organization of material capable of showing how such results are developed and their use among the agents involved. At the end, the considerations/conclusions indicate the reach of the research objectivities, indicating necessary solutions and improvements.

Keywords: Higher Education; Internship; Accessibilities;

Resumen: Este estudio trata de un esquema derivado de la investigación bibliográfica inherente a las dificultades enfrentadas por los usuarios de silla de ruedas en la realización de la Práctica Docente en el IFC, campus Araquari/SC. Su propuesta consiste en identificar particularidades de los docentes con discapacidad en el ejercicio de sus actividades profesionales. Por ello, se basa en el entorno de base Web of Science, en concreto, analizando artículos clasificados por año e idioma, con preferencia por el idioma nativo. La discusión comienza con las categorías que pretenden problematizar el tema, permea el análisis de las ideas centrales a partir de las lecturas de los autores investigados. Los resultados destacan la ocurrencia de este en el ámbito para el que está destinado, y su objetividad en torno a los descubrimientos traídos por los resultados. La técnica de revisión bibliográfica permitió una releitura de sus ideas y la organización de material capaz de mostrar cómo se desarrollan tales resultados y su uso entre los agentes involucrados. Al final, las consideraciones/conclusiones indican el alcance de las objetividades de la investigación, indicando soluciones y mejoras necesarias.

Palabras clave: Educación Superior; Prácticas; Accesibilidades;

1 Licenciando em Ciências Agrícolas/Agrárias no Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari/SC

2 Licenciado em Pedagogia, Doutor em Educação, Orientador do Programa de Estágios no Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas no Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari/SC

3 Licenciado em Ciências Agrícolas, Doutor em Engenharia Florestal, Orientador do Programa de Estágios no Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas no Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari/SC

INTRODUÇÃO

Dentro das perspectivas teóricas e científicas, a escolha do tema é resultado do interesse do autor que enfrentou inúmeras dificuldades por ser, também, um cadeirante. Ademais, as dificuldades dos cadeirantes no Estágio em docência, instigam-nos a repensar em uma melhor alternativa que permita a tais cidadãos realizarem sua prática docente de maneira adequada e sem nenhum constrangimento. Desta feita, faz-se necessário o resgate e análise dos conceitos identificados inicialmente no âmbito teórico, não deixando de perceber suas faculdades práticas. Em síntese, justifica-se na pauta de assuntos que tratam dos aspectos técnicos e profissionais tomados no ambiente acadêmico de pesquisas e estudos de aprimoramento que o estudam e tomam desse fenômeno as paridades com a realidade observada no mundo contemporâneo.

Sendo assim, cabe entender sobre cadeirantes, em especial, suas dificuldades na realização do estágio de docência, adentrando suas categorias, dilemas, elementos e dificuldades com as quais concorre em sua extinção prática e teórica. Entretanto, conceitos iniciais são percebidos e elencados em suas respostas ao atendimento da sede de novos conhecimentos.

O problema da pesquisa consiste na pergunta a seguir: Quais dificuldades de cadeirantes no Estágio em docência? Após a problematização da temática, estabeleceu-se o objetivo principal, cuja prioridade foi investigar e perceber novos entendimentos sobre as dificuldades dos cadeirantes no Estágio em docência.

E, para entender as devidas dificuldades referente a estágio, docência, e acessibilidades de cadeirantes, adentrou-se a uma investigação em livros e revistas, PDFs, artigos online, periódicos e outras fontes confiáveis, tanto físicas quanto online, cuja base Web Of Science foi a principal consultada, sem prejuízo de buscas nas fontes Scielo.Br e Portal Capes Mec, cujo representa importante papel estratégico no contexto de produção de informação científica e tecnológica para as instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

Adiante, destaca-se que este trabalho observou o modelo ABNT, cujos resultados foram organizados em introdução, que indica as principais partes do trabalho, mostrando a temática, os objetos de estudo, problematizações e demais aspectos trabalhados na pesquisa.

Em seguida, destaca-se o desenvolvimento, ou seja, o referencial obtido na busca realizada na base de pesquisa indicada e em seguida a conclusão ou considerações finais que remontam às principais partes do trabalho, indicando a conquista de seus objetivos.

As experiências vivenciadas no exercício da docência, proporcionam a cada docente ter suas próprias formas de apreender e sentir a docência e, concebê-la a partir de suas vivências pessoais, familiares e profissionais, o que por sua vez, promove a individualidade específica do docente vislumbrar o cenário educacional inclusivo e,

[...] conhecer as emoções do professor frente à inclusão é conhecer a realidade da educação inclusiva por dentro, por detrás dos discursos treinados e estereotipados. A emoção é expressão impactante e autêntica e revela como o professor verdadeiramente se relaciona com a inclusão. (FARIA; CAMARGO, 2018, p. 224).

Debruçar-se diante das condições e necessidades da prática docente e identificar as realidades e as dificuldades enfrentadas por cadeirantes na realização de Estágio de docência é tarefa árdua. Pois segundo o Censo Superior da Educação 2018 (BRASIL 2022i), os estudantes com deficiência representam apenas 0,52% do total de matriculados em cursos de graduação, enquanto o número de docentes com deficiência corresponde apenas a 0,44% do total de professores do Ensino Superior, em cursos de graduação. Ou seja, dos quase 400 mil docentes, somente 1.731 são PcD, de acordo com o Censo.

Diante das condições adequadas para que um cadeirante consiga ministrar suas práticas docentes, temos ao encontro de mesmas leis para empunhar o direito de cidadão pensante, para isso as vem ao encontro a relação professor, aluno e sociedade, desmembradas ainda no cotidiano, por saber as dificuldades e para trata-las existe a necessidade urgente de conhecimento das leis que abrange a todos os seres que por esse elo se distinguem.

ACESSIBILIDADE, UMA NECESSIDADE URGENTE E NECESSÁRIA

Importante conquista para a alteridade da sociedade brasileira é o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Federal Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que vem “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” Esta por sua vez distingue os conceitos de deficiente e incapaz, esclarece que a deficiência não retira a plena capacidade dos indivíduos e determina que todas as pessoas maiores de 18 anos, por via de regra, são plenamente capazes e, dá as pessoas com deficiência tratamento igualitário em relação aos demais indivíduos.

Assuntos relacionados à acessibilidade são frequentes nas questões que conduzem a estruturação da inclusão escolar, evidenciando o dever de adaptação do espaço que compõe a instituição de ensino em ambientes acessíveis, que assegurem os direitos dos educandos de acesso à aprendizagem e que amparem a heterogeneidade humana.

Outro documento que legisla os direitos à acessibilidade é a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em 13 de dezembro de 2006 pela Organização das Nações Unidas – ONU, reconhece “a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.” (BRASIL, 2022h)

No que se refere a educação, a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas – ONU estabelece

[...] o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: a. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b. O máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. (BRASIL, 2022h)

O incentivo à promoção da acessibilidade está estendido à sociedade e a esfera educacional integralmente. A fim de que se processe sua realização, são necessárias conjunturas em que não haja preconceito, requerendo transformação de comportamento no tocante às diferenças.

A inclusão apresenta-se como uma perspectiva de desdobramento da educação escolar na direção de beneficiar todos os educandos, com e sem deficiência.

Neste sentido cabe antecipadamente contemplar a importância da educação no processo inclusivo, na formação do indivíduo. O quanto necessário se faz a interação social e cognitiva para educando cadeirante, desde a educação básica fundamental até o ensino superior.

O papel do ensino superior diante da inclusão e acessibilidade

O ensino superior é um nível de ensino que contribui para o desenvolvimento de cada ser humano, pois, além de facilitar a aprendizagem dos processos de leitura e escrita necessários à aquisição de conhecimento específico, favorece também o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e comunicativo da pessoa, uma vez que potencializa a participação social, a interação e a comunicação com outros interlocutores, que alimentam constantemente o conhecimento e o desenvolvimento pessoal.

Evidentemente que o ensino superior enfrenta inúmeras dificuldades e desafios para fornecer uma educação de qualidade para todos, aliás, cada estudante que ingressa em uma instituição de ensino superior, precisa ser atendido dentro da sua individualidade, independente das necessidades apresentadas pelo mesmo, visto que o discente é um ser único e que tem direito à educação de qualidade. O espaço escolar deve ser inclusivo de maneira a favorecer a educação a todos os estudantes.

Segundo Fávero et al, (2009) para que o sistema educacional seja efetivo, é necessário responder às necessidades de todos os estudantes, incluindo estudantes com necessidades especiais, tratando a diversidade como uma cultura formada em respeito, igualdade e acessibilidade. O ensino superior é um agente socializador por excelência, onde a aprendizagem mais complexa ocorre não só através da transmissão do conhecimento, mas também, por meio da interação social de seus estudantes, abrindo as diretrizes para a aprendizagem colaborativa e incentivando as crianças incluídas em suas salas de aula a ter a oportunidade de fazer parte desse ambiente sociocultural em todos os espaços e atividades propostas (GOMES, 1999).

Portanto, ainda conforme a análise de Fávero et al, (2009) cabe ao ensino superior favorecer a inclusão, facilitando as relações de seus estudantes dentro de um clima fundamentalmente lúdico e que destaque valores como tolerância, solidariedade, amizade e, sobretudo, respeito pela diversidade.

Uma educação não pode ser de qualidade se não conseguir que todos os estudantes, sejam inclusos, e não apenas parte deles, adquiram as habilidades necessárias para serem inseridos ativamente na sociedade e desenvolvam seu projeto de vida em relação aos outros. Menezes, (2006) afirma que o ensino superior inclusivo enfatiza o senso de comunidade, de modo que todos tenham o sentimento de pertencer, apoiar e serem apoiados por seus pares e outros membros da comunidade escolar, ao encontrar respostas adequadas às suas necessidades especiais. A inclusão não é apagar as diferenças, mas para permitir que todos os estudantes pertençam a uma comunidade educacional que valorize sua individualidade.

Conforme menciona Baptista (2015), o ensino superior inclusivo deve responder às necessidades educacionais de cada assunto; os ajustes curriculares, a revisão do conceito de avaliação e do direito de ir e vir em todos os espaços da instituição, a acessibilidade, promoção e acreditação são os pilares fundamentais da inclusão. Desta maneira, é o ensino superior que deve estar preparado para incluir todos os educandos, considerando a acessibilidade e favorecendo a conscientização de todos os envolvidos que a diversidade é uma condição básica do ser humano.

O processo de inclusão, de fato, é contínuo e deve ir preparando o caminho progressivamente e derrubar as várias barreiras que são apresentados em qualquer instituição e que podem ser do tipo sistema educacional convencional tradicional, socioeconômico, arquitetônico, humano e administrativo. Isto quer dizer que a inclusão escolar implica a participação ativa de todos os atores da comunidade educacional: estudantes, pais, educadores de licenciatura e profissionais especializados, diretores, técnicos administrativos e profissionais de apoio com objetivo comum. Desta feita, cabe ao ensino superior proporcionar a seus estudantes uma posição de aproveitar oportunidades educacionais oferecidas para atender às suas necessidades básicas de aprendizado (GOMES, 1999). Essas necessidades abrangem tanto as ferramentas essenciais para aprendizagem (como ler e escrever, falar, calcular, resolver problemas e elaborar atividades) como os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimento teórico e práticas, valores, atitudes e ressignificações) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas habilidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar sua qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.

ACESSIBILIDADE, ESTÁGIO E CADEIRANTES

Diante do exposto podemos compreender que o conceito de uma sociedade inclusiva se justifica sob a ótica que admite e considera a diversidade, enquanto aspecto que estabelece a organização social. Segundo Mantoan, (2003) a diversidade promove a chance de consolidar a inclusão na instituição escolar. Gomes (1999) também evidencia que a escola é intermediária na socialização, visto que a aprendizagem ocorre não apenas por meio da transmissão do conhecimento, mas principalmente mediante a interação entre os educandos e os educadores. Desse modo, verifica-se a necessidade de assegurar o alcance e o envolvimento de todos integralmente às oportunidades educacionais, apesar das diferenças de cada indivíduo como está estabelecido no artigo 205 da Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo III, Seção I – da Educação e consoante a análise na literatura de Aranha (2004), que transcorre a respeito da indispensabilidade de se garantir a igualdade de oportunidades e participação de todos no ambiente educacional.

Constatou-se a importância da escola em se posicionar diante da educação inclusiva ao percorrer uma trajetória importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma educação heterogênea ao ponderar os estudos de Baptista, (2015) e Menezes, (2006) que evidenciam o dever de valorização da individualidade do estudante, bem como a adaptação dos ambientes e conteúdos curriculares.

Inicialmente, cabe argumentar que assuntos relacionados à acessibilidade são frequentes nas questões que conduzem a estruturação da inclusão universidade pública, evidenciando o dever de adaptação do espaço que compõe a instituição de ensino em ambientes acessíveis, que assegurem os direitos dos educandos de acesso à aprendizagem e que amparem a heterogeneidade humana.

Neste contexto a literatura evidencia a importância da função do educador preparado para atender as demandas dos estudantes deficientes cadeirantes e, o real papel da escola no processo inclusivo, Nunes contribui ao salientar que

[...] em última análise, uma escola e uma pedagogia centrada no aluno, tornando-se assim imprescindível a implementação de processos de formação inicial e contínua de professores que assegurem o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas. Nesta ordem de ideias, uma vez que se pretende garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade e assegurar a plena participação e integração na sociedade considera-se que, a escola em geral e a sala de aula em particular constituem ambientes prioritários para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva. (NUNES, 2015, p.3)

No entender de Oliveira (2013), esta inclusão se apresenta como uma perspectiva de desdobramento da educação da universidade na direção de beneficiar todos os educandos gerais, como os com necessidades especiais, qualquer que seja o tamanho de suas populações.

Outro dado importante a ser salientado que é de grande relevância é a Lei de Cotas para pessoas com deficiência Nº. 8.213 de 24 de julho de 1991, que define vagas para pessoas com deficiência conforme a quantidade de colaboradores, “de 100 a 200 empregados, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1.000, de 4%. As empresas com mais de 1.001 empregados devem reservar 5% das vagas para esse grupo” (BRASIL, 2022f). Os mesmos percentuais são válidos para órgãos e entidades do setor público.

As pessoas com deficiência têm direito ao trabalho, sem discriminação, de livre escolha e igualdade de oportunidades, estes preceitos e princípios fundamentais de condições de acessibilidade assegura a proibição de discriminação e a restrição ao trabalho das pessoas com deficiência, a fim de oportunizar o desenvolvimento de profissionais.

Levando em consideração que a universidade tem como missão “proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional”. (BRASIL, 2022g, p.34).

No intuito de atender as expectativas da sociedade e ao se preocupar com a formação e o acompanhamento dos egressos, o Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari, considera fundamental que “avaliar as ações educacionais direcionadas aos seus alunos, acompanhe, mensure os resultados de suas atividades, a fim de verificar fragilidades e potencialidades que ajudem a redimensionar seu planejamento” (BRASIL, 2022), afim de

[...]

IX – Promover e divulgar parcerias com empresas e instituições, para a inclusão social e profissional dos egressos que foram atendidos pelas ações afirmativas do IFC e das pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas; X - Promover o acompanhamento dos egressos que ingressaram por meio das Ações Afirmativas, visando identificar as múltiplas necessidades relativas à permanência no ambiente escolar e no mundo do trabalho; (BRASIL, 2022g, p. 79)

Contudo o Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari promove acessibilidade arquitetônica e busca reduzir as barreiras atitudinais como intuito de

[...] garantir condições especiais de prova para os candidatos de concursos e processos seletivos; a realização de avaliação de equipe multiprofissional no ingresso de servidores com deficiência, buscando conhecer as necessidades destes, para posterior orientação às unidades de lotação, quanto às adaptações necessárias para garantir a acessibilidade; (BRASIL, 2022g, p. 161)

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de JULHO de 2015), o objetivo mais importante é autenticar e atuar na promoção de cláusulas de equiparação de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades indispensáveis através da individualidade humana com necessidade especiais, desejando ardentemente para a sua inclusão social, todo ser humano que têm alguma necessidade especial tem direito para a equiparação de igualdade de chances

No Art. 3º, para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

[...]

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2022e)

Além das imposições normativas gerais previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), existe a NBR 9050, editada através da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que desfruta especialmente a respeito dos jeitos ou métodos de acessibilidade em construções mobiliários, espaços e materiais técnicos urbanos.

Essa imposição normativa busca trazer todas e quaisquer recomendações e cuidados precisos na hora de projetar uma construção ao que seja acessível, tais como: medidas, distâncias necessárias, guarda corpo, altura correta de contato de alcance (lateral e frontal) do usuário de cadeira de rodas, entre outros.

Além disso a NBR 9050 da mesma forma, demonstra recomendações quanto para a sinalização e símbolos que possam e devem ser usados e as respectivas formas de circulação dos espaços: rampas, escadas com plataforma móvel, elevador, esteira rolante, escada rolante com degrau da cadeira de rodas etc.

A falta de sinalização passa muitas vezes despercebida até mesmo pela própria Instituição a quem caberia o cuidado de implantar e renová-la a fim de que se haja uma maior visualização da mesma entre os corredores, indicando-lhes o acesso.

Diante do exposto podemos compreender que o conceito de uma sociedade inclusiva se justifica sob a ótica que admite e considera a diversidade, enquanto aspecto que estabelece a organização social.

De acordo com a Lei 13.146/2015 que apresenta como base para garantir a Inclusão da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade se constitui enquanto:

[...] oportunidade e possibilidade de execução e utilização, com autonomia e segurança, de locais, instrumentos urbanos, materiais, instituições, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, como também de outras instalações abertas aos público e serviços de uso público ou privados de uso coletivo, tanto no espaço urbano como no rural, por cidadãos que apresentem deficiência ou com movimentos reduzidos (BRASIL, 2022e).

Dessa forma, a lei estabelece, contudo, no sentido de instruir o ensino superior para que esta seja capaz de acolher os estudantes com algum tipo de deficiência, objetivando o acesso à educação e reduzindo os impactos gerados por condições diferentes.

Neste sentido a Lei 10.098/2002, também estabelece preceitos públicos e princípios fundamentais de condições de acessibilidade, delibera esta enquanto estado de alcance adequado e possibilidade de utilização, com independência e segurança, das áreas, mobílias e serviços urbanos, dos

estabelecimentos, das locomobilidades e das estruturas e meios de comunicação, por indivíduos com deficiência ou com mobilidade limitada (BRASIL, 2022d).

Diante disso a instituição escolar exerce uma ação imprescindível, de seu propósito habitual de oportunizar a aprendizagem e o desenvolvimento dos discentes, docentes e servidores, formando-os para viver em sociedade e dispõe também do dever de elaborar práticas com a intenção de buscar reverter casos de exclusão ao possibilitar a compreensão da comunidade escolar como um todo.

A inclusão apresenta-se como uma perspectiva de desdobramento da educação escolar na direção de beneficiar todos os educandos, com e sem deficiência. Ao considerar de maneira singular a escola, as demandas relativas à acessibilidade assumem grande importância em viabilizar o desenvolvimento social, afetivo, motor e cognitivo dos educandos com deficiência, em razão de que esta prática pode ser analisada como um dos fundamentais e indispensáveis aspectos em que os propósitos apontam para a inclusão (FIEGEMBAUM, 2009).

Torna-se válido salientar que não se apresenta até agora, uma lei própria disponível para as instituições de ensino. Compreende-se, que a disposição dos espaços é de maneira igual para crianças e adultos com deficiência, tal qual a necessidade de equipamentos eletromecânicos e rampas de acordo com a NBR 9050/045 que estabelece critérios e parâmetros técnicos na construção, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e ainda na instalação e adaptação de edificações.

Muitos outros decretos e medidas são estabelecidos no sentido de amparar as diferentes peculiaridades dos indivíduos com necessidades especiais, entre estas é possível destacar o decreto 5.296/2004 que regulamenta a lei Nº.10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e a lei Nº.10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou que apresentem sua mobilidade limitada.

METODOLOGIA

Levando em consideração de que este artigo se trata de um trabalho breve de pesquisa bibliográfica, a busca pelos seus resultados ocorreu de modo online, adentrando as bases em procura de autores e de trabalhos com os quais se pudesse realizar uma releitura do fenômeno temático escolhido.

Conforme indica Lakatos; Marconi (2003) a sumarização dos resultados teóricos pode ser aferida pela técnica de revisão da literatura, que faz parte do método bibliográfico. Revisar significa ler, entender, analisar e emitir considerações em cada parágrafo, citação, tabela, ou imagens, informando ao leitor um novo entendimento, sem ultrapassar o seu conceito.

Os termos das palavras-chave do resumo foram utilizados para se linkar com os resultados dentro da base web of Science, para a livre escolha dos que mais poderiam identificar formas de resposta ao problema inicial da pesquisa.

Em análise, tomando por base o que presume o materialismo dialético, interpela-se no crivo social a que este tema se remete, incorporando a dinâmica de sociedade em seu entendimento primário. Sendo assim, destacam-se considerações bastante oportunas dentro das realidades

apresentadas ao longo da discussão.

Na inclusão, o recorte temporal filtrou artigos de revisão entre os anos de 2017 a 2021, pelos idiomas português, inglês e espanhol analisados pelos títulos. Neles, estudos de caso, artigos de revisão, meta análises, integrativas e sistemáticas.

Na exclusão, optou-se por artigos completos, excluindo citações nas bases de pesquisa e capítulos soltos, além destes, papers, resenhas e títulos que não se configurasse de pertencimento a questão norteadora do estudo.

A população foi contabilizada pelos resultados entregues após a linkagem de busca e as amostras ocorreram pelos critérios de ano (preferencialmente os últimos cinco anos), mas podendo tomar por base clássicos devido o assunto ser bastante amplo. Além destes, o idioma preferencialmente nato, podendo ainda extrair arquivos do inglês, ou espanhol caso haja necessidade. O filtro foi complementado pela leitura dos títulos mais pertinentes ao referido objetivo que cerca essa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a acessibilidade é um direito que parece estar ainda somente no papel. Contudo, é uma ocorrência bastante discutida em nosso meio teórico, cujos conceitos são trabalhados e discutidos ao longo dessa pesquisa. Neles, identificaram-se as suas categorias mais pertinentes, entre elas a sua gênese, históricos e entendimentos técnicos.

No que tange aos objetos de pesquisa, ou seja, os anseios que nortearam tal estudo, entende-se pelo atendimento, uma vez que foram pesquisados, lidos, analisados e reescritos de forma assertiva, sem rodeios e sofismas para demonstrar o atendimento dos objetivos específicos do trabalho, cujos tópicos informaram sobre as suas devidas leituras. Desta feita, sugere-se que haja uma melhoria nos entendimentos de como se destaca tal ocorrência, descortinando novos entendimentos que possam colaborar com o crescimento e desenvolvimento da ciência e da educação no Brasil, e suas inovações teóricas, profissionais e técnicas.

Portanto, ao final desse intento, o que se espera é que todos possam entender como tal fenômeno se dispõe à utilização de seu público, e seu entendimento seja livre para todos os que desejam estudá-lo. Espera-se que novas pesquisas possam estudar mais profundamente suas categorias e perceber novas descobertas em nome da ciência.

Estabelece-se a necessidade de cultivar a fertilidade do espaço educacional para a atuação de deficientes físicos cadeirantes na Educação, visto que, todo e qualquer indivíduo é capaz de estar preparado e estimulado a vivenciar a prática docente. Inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir é um dever de todos, portanto a interação ao meio se torna obrigatória.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NORMA BRASILEIRA. Terceira edição 11.09.2015. Válida a partir de 11.09.2015. Disponível em: <http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf> - Acesso em: 03 out. 2022.

ARANHA, M. S. F. (Org.). Educação inclusiva: a fundamentação filosófica. SEESP/MEC; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 1, 28p., 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>> - Acesso em: 02 out. 2022.

BAPTISTA, C.R. (Org.). Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar. São Carlos; Marquezine & Manzini; ABPEE, 2015, 304p. ISBN 978-85-67256-17-7. Disponível em: <<https://www.abpee.net/pdf/livros/escolarizacao.pdf>> - Acesso em: 20 out. 2022

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> - Acesso em: 1 out. 2022a.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192> - Acesso em: 24 nov. 2022h.

BRASIL. Decreto Nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2004. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> - Acesso em: 30 ago. 2022b.

BRASIL, IFC. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021. Disponível em: <<https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/44/2021/08/pdi-diagramado.pdf>> - Acesso em: 22 out. 2022g.

BRASIL. Inclusão no mercado de trabalho: Lei de cotas para pessoas com deficiência completa 29 anos. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/inclusao-no-mercado-de-trabalho-lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-completa-29-anos>> - Acesso em: 04 nov. 2022f.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/centro_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf> - Acesso em: 20 set. 2022i.

BRASIL. Lei de Cotas para pessoas com deficiência Nº. 8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm> - Acesso em: 15 set. 2022c.

BRASIL. Lei Nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos Para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm> - Acesso em: 29 set. 2022d.

BRASIL. Lei Nº.13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> - Acesso em: 15 set. de 2022e.

FARIA, P. M. F. de; CAMARGO, D. de. As emoções do professor frente ao processo de inclusão escolar: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 24, n. 2, p. 217-228, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/R3g5pR59J34RWyL9yDZ5qsc/?format=pdf&lang=pt>> - Acesso em: 19 nov. de 2022.

FÁVERO, O. et al., organizadores. Tornar a educação inclusiva. Representação da Unesco no Brasil; Brasília, ANPED, 2009, 220 p. Disponível em: <<https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/>>

educacao_inclusiva/educacao_inclusiva_unesco_2009.pdf> - Acesso em: 15 set. 2022.

FIGEMBAUM, J. A acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível. Monografia (Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/acessibilidade-no-contexto-escolar-tornando-a-inclusao-possivel,d405cce4-e625-4285-ada1-b24234438d37>> - Acesso em: 10 set. 2022.

GOMES, M.T.U. Direito humano à educação e políticas públicas. Curitiba: Juruá, 2009.

LAKATOS, E.M., MARCONI M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed, Atlas, 2003. Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291350/mod_resource/content/1/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf> - Acesso em: 27 set. 2022.

MACIEL, M.R.C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo em Perspectiva. vol.14, p. 51-56, 200. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/?format=pdf&lang=pt>> - Acesso em: 27 set. 2022.

MENEZES, E. C. P. Informática e educação inclusiva: discutindo limites e possibilidades. Santa Maria: Editora UFSM, 2006. 132 p. ISBN 8573910690.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão universidade: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna. 2003. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>> - Acesso em: 01 out. 2022.

NUNES, C., MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas, Da Investigação às Práticas. 2015 - 5(2), 126 - 143. Disponível em: <<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf>> - Acesso em: 09 out. 2022.

OLIVEIRA, C. B. de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 55 out-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/09.pdf>> - Acesso em 13/08/2022.

SAMPAIO, N. F. C.; DE OLIVEIRA MENDES, R.. Acessibilidade e Matemática: A Resolução de Problemas em Sala de Aula. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA13_ID14017_26092019211855.pdf> - Acesso em: 09 out. 2022.